

## **VOCÊ DESISTE? NÃO DESISTO, E VOU FICAR BEM NA FRENTE!: O sexismo nos relatos orais de professoras de Educação Física**

Paula Viviane Chiés

**Resumo:** O estudo analisou a categoria analítica do gênero nas *trajetórias profissionais* de mulheres que se formaram na *Escola Superior de Educação Física* nas décadas de 1940 e 1950. O desenho metodológico foi estruturado pela aplicação de histórias de vida tópicas que focalizaram o registro dos percursos profissionais de três professoras de Educação Física, assim como o desenvolvimento de Pesquisa Documental. O sexismo foi identificado em diferentes fases das trajetórias profissionais das depoentes, tendo sido aspecto definidor na formação profissional, sobretudo, nas escolhas e caminhos assumidos por suas carreiras na área.

**Palavras-Chave:** Gênero; História da Educação Física; Trajetórias Profissionais.

### **"Do you give up? I said: i won't give up. I'll be right at the frontline": oral reports of physical education teachers and sexism in the 40's and 50's in brazil**

**Abstract:** The study analyzed the analytical category of gender in the professional trajectories of women who graduated from the Higher School of Physical Education in the 40s and 50s. The methodological design was structured by the application of topical life histories that focused on the registration of the professional paths of three Physical Education teachers, as well as the development of Documentary Research. Sexism was identified in different stages of the professional trajectories of the respondents as a defining aspect in the professional formation, above all, in the choices and paths assumed in their careers.

**Keywords:** Gender; History of Physical Education; Professional Trajectories.

### **"¿Usted desiste? "yo dije: no desisto, y voy permanecer adelante!": relatos orales de profesoras de educación física y el sexismo en las décadas de 1940 y 1950 en brasil**

**Resumen:** El estudio analizó la categoría analítica de género en las trayectorias profesionales de mujeres que se graduaron en la Escuela Superior de Educación Física en las décadas de 1940 y 1950. El diseño metodológico fue estructurado por la aplicación de historias de vida tópicas que enfocaron el registro de los recorridos profesionales de tres profesoras de Educación Física, así como el desarrollo de Investigación Documental. El sexismo fue identificado en diferentes fases de las trayectorias profesionales de las deponentes, siendo un aspecto definitorio en la formación profesional, sobre todo, en las elecciones y caminos asumidos por sus carreras en el área.

**Palabras-clave:** Género; Historia de la Educación Física; Trayectorias Profesionales.

## Introdução

O gênero, empregado como categoria na abordagem histórica, apresenta como referência a historiadora estadunidense Joan Scott, tendo como marco o seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), publicado originalmente em 1986. Assim como Scott, Louise Tilly torna-se também referência desse contexto a partir de seu artigo publicado em 1990 com o título: *Genre, histoire des femmes et histoire sociale*. Para ambas o imperativo era trazer à tona a análise das mulheres enquanto sujeitos efetivos da história.

De acordo com Scott (1995), traçar a participação da mulher na história como parte da perspectiva do *sujeito universal da história* não agrega e não exaspera o seu papel político. Ao definir a importância do gênero como categoria analítica na história, busca transcender a ideia da mulher como categoria empírica, sendo que enquanto tratar de gênero como instrumento analítico engloba a questão da mulher, o inverso não é eficiente nesse âmbito, o que pode acarretar reducionismo no horizonte compreensivo (KOFES, 2005).

Nas últimas duas décadas, a Educação Física tem se empenhado em compreender o sexismo presente em nossas intervenções (SOUSA; ALTMANN, 1999; ALTMANN, 2001; GOELLNER, 2010; DEVIDE, 2011), isso porque o corpo tem sido historicamente um veículo de definição e difusão de papéis sociais a homens e mulheres, demarcando nas práticas físico-esportivas também os potenciais restritivos do que seria inerente ao feminino e ao masculino (CHIÉS, 2009, 2010). Na abordagem histórica, Goellner trouxe em sua obra *As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte* (2008) a visão da mulher enquanto um instrumento de concretização dos ensejos de desenvolvimento de um Brasil nacionalista do século XX. As mulheres seriam primordiais para a exposição das virtudes da raça e as aptidões hereditárias para o *melhoramento* dos traços físicos e morais dos brasileiros, sobretudo, sabendo-se que o ensino da depuração racial deveria acontecer desde a infância. Nas primeiras décadas do século XX houve o estímulo à formação do professorado feminino contextualizado pelas *normalistas*, e na Educação Física o direcionamento das mulheres para a prática da docência, diferentes dos homens que foram culturalmente estimulados à formação técnica e esportiva como instrutores.

Nesse âmbito, o presente estudo trabalhou com relatos orais de mulheres formadas na área de Educação Física e, em específico, nas primeiras turmas da *Escola Superior de Educação Physica de São Paulo* (ESEP), nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Esse delineamento do estudo foi uma escolha frutífera no intento de fundamentar a análise em uma realidade histórica codificada pela categoria analítica - gênero.

As histórias de vida, no caso, em um recorte do contexto profissional, foram consideradas fontes primárias para o conhecimento de vidas femininas até então silenciadas, pois a partir do registro de consciências femininas é garantido um ponto de vista *generificado*. O resgate da memória das primeiras professoras de Educação Física justifica-se pela fundamentalidade do trabalho sobre as experiências dos sujeitos para a compreensão dos atores a partir de seus próprios pontos de vistas e para a

compreensão de processos sociais mais amplos que os indivíduos (PISCITELLI, 1993).

A proposta é tentar explicar, portanto, historizar as experiências pelas quais foram constituídas essas professoras, em especial suas histórias profissionais na área. Conforme, Scott (1999) a experiência nessa conjuntura torna-se aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. “[...] Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz [...]” (p.27).

O processo social enfatizado como pano de fundo destaca a gradativa inserção das mulheres na Educação Física, e o princípio da referida área constituída como curso de educação superior além dos *muros* das escolas militares, dinâmica histórico-social perceptível a partir da metade da década de 30. O objetivo do estudo foi avaliar a categoria analítica Gênero, por conseguinte o sexismo, como um elemento marcante na caracterização e direcionamentos tomados pelas *trajetórias profissionais* de mulheres, professoras de Educação Física que se formaram na *Escola Superior de Educação Physica* nas décadas de 1940 e 1950.

## **Procedimentos**

### **Identificação e Seleção das Fontes**

Para a realização do estudo foram analisadas *fontes escritas* (recortes de jornais da época, anais de congressos, atas de reuniões, etc.), *orais* e *iconográficas* (fotografias, certificados, etc.). Essas fontes foram identificadas e coletadas nos arquivos do centro de documentação e memória visitado (*Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo – CDH/EEFEUSP*), assim como, em repositório digitais de outros centros de documentação como, por exemplo, o *Centro de Documentação Inezil Penna Marinho* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o *Centro de Memória do Esporte (CEME)* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). O estudo também recolheu documentos cedidos pelas entrevistadas, fontes advindas de seus arquivos pessoais.

As *fontes escritas* englobaram documentos identificados, principalmente, no CDH/EEFEUSP que apresenta um acervo direcionado à história da instituição e seus/suas artífices (alunos/as e docentes), assim como em relação à história geral da Educação Física no Brasil. Nesse acervo foram investigadas as demarcações da participação das mulheres na história da Educação Física brasileira. Os arquivos proporcionaram o contato com reportagens referentes aos primeiros passos da instituição investigada no estudo: *Escola Superior de Educação Physica*. Esses recortes de jornais e revistas mostraram o modelo que a sociedade admitia aos primeiros cursos superiores de Educação Física. A imprensa da época acompanhava os estágios, as exibições comemorativas, as cerimônias de colação de grau e outros eventos que exibiam a atuação do curso de Educação Física no país.

Para a obtenção de *fontes orais* o estudo selecionou mulheres que cursaram nas primeiras décadas posteriores a 1934 (data de implantação do curso de Educação Física na escola elencada), em específico nas décadas de

1940 e 1950. Essas profissionais foram entrevistadas e, portanto, estimuladas a abordarem suas histórias profissionais na Educação Física, tendo como enfoque principal as possíveis discriminações baseadas no sexo/gênero surgidas no decorrer de suas carreiras. Para tanto, a obtenção dessas narrativas teve a preocupação de buscar uma visão acerca de como o preconceito se manifesta no mercado de trabalho da área, e como ele se fundamentaria já na estrutura de formação acadêmico-profissional de seus representantes.

As imagens recolhidas para análise edificaram o contexto social da época que as mulheres se reportaram nas entrevistas, ressaltando que a fotografia é uma fonte histórica (documental) que transmite a ideia de preservação de memórias sociais. As fotografias selecionadas e expostas em diferentes momentos do texto, “querem dizer mais que o próprio texto possa dizer, assim como diz aquilo que não foi dito”, isso porque mostra o olhar das depoentes sobre os seus papéis sociais e suas ações sobre esse contexto, destarte, as imagens como fontes históricas não se reduzem a supostas provas ilustrativas, que se utiliza para referendar uma afirmação textual ou cristalizar imagem de uma "verdade", já confirmada e subsidiada pelos textos escritos, mas sim essas imagens do texto foram concebidas como *fiões teóricos da memória* (BOSI, 2004)<sup>1</sup> das histórias profissionais das professoras de Educação Física, artífices do percurso analisado no presente estudo.

### **As Entrevistas e Amostra do Estudo**

Para a autorização de coleta, análise e divulgação das informações registradas pelas entrevistas foi elaborado um *termo de consentimento livre e esclarecido* no qual as participantes da pesquisa foram esclarecidas acerca dos objetivos do estudo. Com a assinatura desse termo, as entrevistadas permitiram o registro do áudio da entrevista, incluindo a autorização de exposição de seus dados pessoais.

O processo de seleção das entrevistadas seguiu dois critérios principais de inclusão: a) Mulheres que se formaram na *Escola Superior de Educação Física de São Paulo* (ESEP); b) mulheres que se formaram nas primeiras três décadas (décadas de 1930 a 1950) de funcionamento da instituição.

Esses dois fatores expostos acima foram decisivos à seleção da amostra do estudo. Foram cruciais, pois foram os pontos que selecionaram em um *primeiro momento* as possíveis mulheres a serem entrevistadas. A partir disso, o próximo passo (*segundo momento*) foi descobrir se essas mulheres seguiram a carreira profissional dentro dos diferentes campos de trabalho da área de Educação Física, desde professoras nos vários níveis de ensino até as atividades em clubes, academias, etc.

Um documento que trouxe informações centrais para o dimensionamento da amostra foi a *Relação Nominal de Licenciados em Educação Física: 1935-1977*, um material escrito pela *Escola de Educação*

---

<sup>1</sup> Pelo processo metodológico exposto por Bosi (2004) ao serem traçadas as relações entre memória e vida social já se articula com alguns “fiões teóricos” e intercala-os aos resultados, mesmo porque a compreensão da importância que o “recordar” tem na imagem do momento histórico no qual foram vividas essas lembranças são perspectivas trazidas pelo embasamento teórico.

*Física e Esporte da Universidade de São Paulo*<sup>2</sup>. Esse documento não apresenta uma identificação de data, mas infere-se que foi antes do final da década de 80, pois ressalta na sua capa o nome da instituição como simplesmente *Escola de Educação Física*, o que indica que foi publicado antes da criação do curso de bacharelado em Esporte (1989) aspecto que motivou a mudança no nome da instituição para *Escola de Educação Física e Esporte* da Universidade de São Paulo. Esse documento foi coletado no *Centro de Documentação Histórica* da própria instituição.

Os depoimentos das entrevistadas foram colhidos de maneira sistemática o que indica que foram realizados alguns procedimentos relacionados a três questões: a *seleção da testemunha*, o *lugar da entrevista* e o *roteiro da entrevista* (TOURTIER-BONAZZI, 1998). Um elemento fundamental percebido durante as entrevistas acerca da seleção da testemunha foi a abertura que o(a) pesquisador(a) deve ter para que os participantes façam indicações de outras pessoas a serem entrevistadas, muitas vezes, já com um meio de contato, telefone ou e-mail, etc., isso favoreceu a identificação de uma amostra maior e mais diversificada. Essa(s) pessoa(s) intermediária(s) se puder ser identificada em primeiro momento, torna-se o *eixo de identificação de testemunhas* e as suas informações imprescindíveis para o dimensionamento da amostra.

Esse foi o caso da Profa. Loyde Del Nero Daiuto<sup>3</sup>, que pelo fato de por alguns anos ter desenvolvido encontros entre antigas alunas que estudaram com ela no mesmo ano ou em anos próximos na ESEP, pôde trazer outros nomes (possíveis participantes do estudo) assim como seus respectivos contatos. A Profa. *Loyde Del Nero Daiuto*, aluna da ESEP na década de 1940, foi a primeira a ser entrevistada pelo estudo. O estudo seguiu com mais duas entrevistas, respectivamente, a Profa. *Ida Zabeu*<sup>4</sup>, aluna da ESEP na década de 1950 e Profa. *Andrelinha Righini*<sup>5</sup>, aluna da ESEP na década de 1940.

O *local das entrevistas* foi o indicado pela entrevistada, pois a intervenção ocorreu na busca de um local que elas se sentissem seguras e à vontade para responderem perguntas, mesmo porque as entrevistas foram marcadas por telefone e até o encontro para a realização da entrevista, a pessoa receberia alguém desconhecido. Desse modo, a postura de respeito ao local escolhido para a entrevista foi fundamental para sua possibilidade de realização e sucesso. As entrevistadas preferiram realizar os seus depoimentos em suas casas<sup>6</sup>, algo que favoreceu o desenvolvimento da coleta de dados até pelo fato do conforto durante um processo de questionamentos que durou cerca de duas horas com cada participante, considerando algumas paradas ou apontamentos específicos nos quais as

<sup>2</sup> Em 1945 a ESEP muda o seu nome para *Escola de Educação Física e Desporto* (EEFD). Em 1969 a então precursora *Escola Superior de Educação Physica* integrou-se à Universidade de São Paulo vindo a ser chamada atualmente *Escola de Educação Física e Esporte* (EEFE).

<sup>3</sup> Loyde DEL NERO. *Loyde Del Nero* (Depoimento - aluna da ESEP na década de 1940). Entrevista realizada em 2007.

<sup>4</sup> Ida ZABEU, *Ida Zabeu* (Depoimento - aluna da ESEP na década de 1950). Entrevista realizada em 2007.

<sup>5</sup> Andrelinha RIGHINI, *Andrelinha RIGHINI* (Depoimento - aluna da ESEP no início da década de 1940). Entrevista realizada em 2009.

<sup>6</sup> Importante destacar que uma justificativa para a escolha do local de entrevista nas residências tenha relação com a faixa etária das depoentes, todas entre 80 e 95 anos.

participantes expunham fotografias da épocas, recortes de jornais, e demais recursos que as ajudavam a *relembrar* suas histórias, tudo prosseguindo como uma conversa sobre a vida dessas mulheres na Educação Física.

O roteiro das entrevistas foi organizado com a estrutura básica referente a três dimensões associadas à profissão: a 1) *formação acadêmico-profissional*; 2) as *possibilidades de atuação na área* e 3) *inserção/segmentação no mercado de trabalho*. Em relação à *formação acadêmico-profissional* a entrevista buscou a identificação e discussão das diferenças existentes no currículo do curso, vislumbrando possíveis discriminações baseadas no sexo/gênero que não estiveram claramente delimitadas nas disciplinas do currículo, mas que poderiam ser expostas pelas depoentes. A intenção do estudo não foi simplesmente identificar e descrever uma possível adequação diferente de atividades a homens e outras mulheres, mas analisar potenciais valorizações e determinismos subentendidos a essas diferenciações de gênero. Nas *possibilidades de atuação* foram direcionadas as entrevistas para contextualizar os espaços de atuação dessas mulheres durante o curso e logo após o seu término, especificamente, questionando-se qual o espaço a elas determinado como possibilidade de carreira, de publicações em periódicos científicos da área, de participação em reuniões de professorado, etc.

No caso da dimensão referente à *inserção e segmentação no mercado de trabalho* o diálogo foi direcionado para que as entrevistadas discorressem acerca dos campos de atuação mais comuns a essas profissionais (mulheres na Educação Física) e as dificuldades enfrentadas por aquelas que buscaram inserção em setores considerados incompatíveis aos padrões de identidade feminina (por exemplo, técnicas de modalidades esportivas). Nas entrevistas essas três dimensões apareceram naturalmente como pilares à linha de raciocínio desenvolvida pelas depoentes enquanto traziam as narrativas de suas histórias profissionais, mesmo que em períodos diferenciados, ou seja, em uma ordem diferente.

### **“O lindo conjunto de moças que se diplomaram [...]”? Inserção das mulheres na Educação Física**

“O lindo conjunto de moças que se diplomaram [...]”, assim se reporta em 1935 o *Jornal da Noite*, perante a formatura da primeira turma de mulheres na *Escola Superior de Educação Physica*. Essa turma de mulheres formadas no curso de Educação Física foi a primeira na referida instituição, mas também precursora da possibilidade de mulheres nessa área em todo o Brasil, mesmo assim, a reportagem destaca simplesmente a beleza das moças, o que evidencia o padrão social preponderante à mulher no período de formatura dessas primeiras professoras de Educação Física, eram valorizadas pela estética e como futuras mães, sem haver apreciação às inovações profissionais e sociais daquele acontecimento histórico, afora, às competências daquelas profissionais recém-formadas.

De acordo com Daiuto (1994) o Estado de São Paulo foi pioneiro na preocupação em formar professores especializados em Educação Física, pois outros estados como Espírito Santo, Pará, Minas Gerais, etc., focalizaram as suas ações para a criação de entidades voltadas à direção e administração

de atividades físico-esportivas. Dessa preocupação foi gerada a *Escola Superior de Educação Physica de São Paulo* (ESEP), primeira escola de Educação Física de nível superior dirigida a civis. Essa escola apresentava, já em 1934, um cunho civil, diferente do *Centro Militar de Educação Física* no Rio de Janeiro, que mesmo tendo aceitado a matrícula de civis em seus cursos a partir de 1930, difundia preceitos totalmente militares.

Para subsidiar a criação da ESEP, foi necessário que em 1933, o professor Fernando de Azevedo, na ocasião diretor de ensino do Estado de São Paulo, pedisse o direcionamento de 15 professores normalistas<sup>7</sup> para realizarem o curso de nível superior ministrado pela *Escola de Educação Física do Exército* no Rio de Janeiro, uma vez que ainda não existiam professores especializados em São Paulo, diplomados no Brasil, para darem início às atividades da escola recém-criada. Esses professores normalistas formar-se-iam em nível superior em Educação Física e passariam a preparar o corpo docente da ESEP.

Dessa forma, após um ano de curso, em solenidade na data de 04 de janeiro de 1934, esses professores receberam os certificados de conclusão com a presença do então presidente da República, Getúlio Vargas. Antonio Bento Coelho Pereira, Jarbas Salles de Figueiredo e Vicente Caselli de Carvalho, os três primeiros classificados como melhores no curso, receberam os seus certificados das mãos do Presidente da República.

A ESEP, atualmente intitulada *Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo*, foi pioneira, destarte, na abertura para civis, o que permitiu, à primeira vista, um número substancial de mulheres como alunas e para se formarem como professoras de Educação Física em 1935, essas alunas deveriam passar primeiramente pelo curso de *Instrutor de Gymnastica* curso de um ano, para depois ingressarem no curso de *Professor de Educação Physica* também com periodicidade de um ano.

Em uma reportagem datada ao ano de 1935<sup>8</sup> no *Jornal da Noite*, aparecem as seguintes palavras:

“[...] realizou-se, hoje, pela manhã no ‘play ground’ do parque D. Pedro II, a cerimônia de entrega dos diplomas aos alumnos que acabam de completar o curso de instructores da Escola Superior de Educação Physica, que, graças aos esforços do Departamento de Educação Physica, foi installada no anno e tem funcionado, até ao presente, com o maior exito possível”.

Como parte principal da cerimônia houve demonstrações de Educação Física feminina e infantil que levou a uma emblemática fotografia do primeiro grupo de mulheres a se formarem em Educação Física no Brasil, imagem que foi classificada como: “o lindo conjunto de moças que se diplomaram, hoje na *Escola Superior de Educação Physica*”.

<sup>7</sup> Alfredo Giorgetti, Álvaro Cardoso, Antonio Bento Coelho Pereira, Antonio Cochiaralli, Antonio de Castro Carvalho, José Benedito Madureira, Idyllo Alcântara de Oliveira Abbade, Jarbas Salles de Figueiredo, João França, José Benedito de Aquino, José Villela Bastos, Paulo Novais, Pedro Aloisi, Ulisses Freire Cardoso, Vicente Caselli de Carvalho (DAIUTO, 1994).

<sup>8</sup> Esta reportagem foi encontrada no arquivo do *Centro de Memória da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo*.

**Ilustração 01** – Professoras que colaram grau na ESEP (1935).

FONTE: Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esporte da USP.

A primeira turma formada pela ESEP em 1935, teve como alunas: Maria Lenk, Maria de Lourdes Ramos, Stella Ferreira Mansur Gueiros, Euridice de Costa Silva, Adonira de Sousa Pinto, Marta Novinsky, Maria Rita Barreto, Gelayra de Campos, Ermida Vial, Jacintha Filomena de Guimarães Bretãs, Eugenie Nicolau Aun, Elvira Santos Pimentel, Wally Thiele, Vera Cintra, Maria Aparecia de Lima F. Pereira, Alice Pereira, Maria Laura Barreto de Figueiredo, Maria Lúcia Sampaio Pinto.

Não somente o fato de ser uma escola civil permitiu a entrada de mulheres no curso da ESEP, mas no *Departamento de Educação Physica* criado em 1934, primeiro órgão especializado incumbido de dirigir à Educação Física no país, tinha entre as suas funções “[...] incentivar a educação física feminina, procurando interessar a mulher brasileira no movimento da fisicultura [...]” (MARINHO, 1943, p.247). O *Departamento de Educação Physica* foi o órgão responsável pela formação da ESEP, e em suas delimitações legais observou-se que era de interesse do Brasil formar uma sociedade contando com mulheres que ao praticarem atividades físicas adequadas a sua natureza estariam de acordo com a mentalidade eugênica que dominou a nossa cultura no século XIX, mas que também foi proeminente na visão nacionalista de Getúlio Vargas.

A ESEP formou a primeira turma de *instructores de gymnastica* e de *professores de Educação Physica* civis do Brasil. Marinho (1943) relata indícios de sexismo nas atividades curriculares para as mulheres na ESEP, pois essas não eram permitidas a aprenderem ou mesmo treinarem algumas modalidades de artes marciais ministradas aos homens, enquanto esses não podiam ter aulas de dança, uma atividade restrita às mulheres.

Essas e outras particularidades na *formação acadêmico-profissional* dessas profissionais determinaram também as suas *possibilidades de atuação*. O curso de instrutor de ginástica tinha como finalidade preparar técnicos para a orientação geral às atividades físicas como, por exemplo, no

caso de treinamento de atletas. Já às professoras de Educação Física, o objetivo era a formação para carreira docente, ressaltando a *habilidade em educar*, o que se supunha, em alguns meios da época, ser algo mais propenso às mulheres do que aos homens.

Um indicativo dessa diferenciação era o número menor de homens que se formava como professores em relação ao número de mulheres que continuava o curso para se diplomar como professoras. O curso de instrutor era de um ano e logo depois, também com a mesma duração, havia o curso de professor de Educação Física, assim, as mulheres continuavam de um curso para outro para obterem o diploma de professoras, enquanto a maioria dos homens não seguia, não entrando no curso de professores de Educação Física, o que se percebe que na época havia espaço para que homens trabalhassem como instrutores. Um espaço, de certa forma, restrito aos homens, considerando que a atividade como instrutor era algo característico aos militares de então, para as mulheres, a carreira de professora era mais *adequada*, ou *normalizado* (na expressão de Judith Butler) às suas habilidades de futuras mães.

Butler (2014) ressalta que as “[...] normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem [...]” (p.252). Não havia nenhum empecilho legal que impossibilitasse a inserção de mulheres no campo do treinamento esportivo ou que as fizesse aceitar esse *suposto potencial* de cuidadoras de crianças nas escolas, contudo, essa divisão de possibilidades e papéis sociais era sedimentada pelas normas implícitas de gênero, definindo fronteiras que não deveriam ser transpassadas em consequência de se desvirtuar as ações estipuladas para homens e mulheres.

Assim como as participantes que estudaram e se formaram na *Escola Superior de Educação Physica do Estado de São Paulo*, muitas mulheres se destacaram como pioneiras na Educação Física desenvolvida no Rio de Janeiro, em específico nos rastros de uma história e participação feminina na *Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (ENEFD) criada em 1939. *Margarida Maria Ferreira Cunha*<sup>9</sup>, aluna da primeira turma da *Escola Nacional de Educação Física e Desportos* em 1939, ao se referir às diferenças encontradas entre as aulas de rapazes e moças na sua época, ressalta que a prática da dança era exclusiva às mulheres, enquanto o *jiu-jitsu*, uma prática que se poderia supor de exclusividade masculina era desenvolvida pelos dois grupos, entretanto, pela narrativa da entrevistada percebe-se a distinção dos objetivos da prática feminina e da masculina: “[...] Fazia parte do nosso currículo. Eram ensinados ataque e defesa para as mulheres e para os homens, mais ataque. Sempre em turmas separadas [...]”.

Na *Escola Superior de Educação Physica* havia uma separação de aulas diárias em dois períodos, pela manhã aulas práticas, e no período da tarde, aulas teóricas. As atividades práticas eram ministradas separadamente entre moças e rapazes. Como já fora relatado por Inezil Penna Marinho (1943) em

<sup>9</sup> CUNHA, M. M. F. **Margarida Maria Ferreira Cunha** (depoimento 2002). Porto Alegre, CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2004.

umas das suas principais obras para a história da Educação Física, não somente as aulas entre rapazes e moças eram separadas, mas a estrutura do curso, o seu currículo era diferenciado às práticas femininas e masculinas.

A diferenciação na estrutura dos currículos dos cursos superiores de Educação Física era algo constante em diferentes estados do país. No período de 1947 a 1959, o *Instituto de Educação de Minas Gerais* desenvolveu o curso de Educação Física infantil destinado ao aperfeiçoamento de normalistas. Na década de 1940, o currículo desse curso estava fundamentado em matérias relacionadas a aspectos anatômicos, psicológicos e higiênicos, já na década subsequente foram incluídos aspectos fisiológicos e cinesiológicos, os desportos individuais e aquáticos e a ginástica rítmica. Em conformidade às mudanças do currículo, o ensino das modalidades esportivas era considerado uma atividade masculina, enquanto os conteúdos associados à ginástica rítmica e as aulas para crianças era um espaço determinante às mulheres (SOUSA, 1996).

O surgimento da *Escola Nacional de Educação Física e Desportos* (ENEFD) foi um marco nas questões referentes aos currículos das escolas superiores da área. Essa afirmação justifica-se pelo fato dessa instituição ter sido idealizada e criada com o objetivo de imprimir ao ensino da Educação Física e desportos em todo o país uma unidade teórica e prática vinculada à formação de um modelo ao currículo desse curso no ensino superior (BRASIL, 1939). Logo, as escolas superiores de Educação Física espalhadas pelo país deveriam apresentar os mesmos cursos oferecidos pela ENEFD, com o mesmo conjunto de disciplinas, assim como linhas de pensamento e orientações metodológicas.

Dentre os cursos promovidos pelas escolas superiores havia o de Educação Física infantil:

“[...] preparava normalistas para tornarem-se professoras de Educação Física no ensino Primário e, apesar de, ao longo da história do curso, a quase totalidade de alunos ser composta por mulheres (apenas um homem o frequentou), sua organização apresentava uma grade curricular específica para cada sexo. Embora a maioria dos conhecimentos previstos por esse currículo fosse comum aos dois sexos, aos homens negava-se a aprendizagem da Ginástica Feminina e, do Atletismo Feminino, bem como a Dança e da Rítmica. E às mulheres não se permitia aprender a Ginástica Masculina, o Atletismo Masculino, o Futebol, o Judô e o Boxe” (SOUSA, 1996, p.75-76).

Essa delimitação acontecia na Escola de Educação Física de Minas Gerais, nos currículos do curso de Educação Física infantil (1952-1973) em conformidade ao modelo apresentado pela ENEFD. Na esgrima, disciplina que compunha o currículo das escolas superiores de Educação Física, a prática deveria ser comum aos homens e às mulheres, todavia, sob algumas observações. As mulheres aprendiam a lutar apenas com o florete e os homens além dessa arma aprendiam a lutar com a espada e o sabre, atividade que para o regulamento da *Federação Internacional de Esgrima* era algo que contrariava a fragilidade característica da mulher.

**Ilustração 02** – Aula de esgrima das alunas da ESEP em 1937.



FONTE: Acervo Pessoal de Francelina Machado de Oliveira (aluna da ESEP, 1937) depositado no *Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esporte da USP*.

Na ilustração acima, mais como forma de exibição de seus corpos saudáveis em poses como modelos, as alunas da ESEP aparecem demonstrando que a prática da esgrima é algo que favorece o corpo da mulher, mas essa prática deve ser desvinculada do vigor físico inerente à competição esportiva. Como ressalta Fabiano Deive (2004, p.132) esses registros das práticas físicas femininas apareciam “[...] como uma rede de estratégias para manter a graciosidade feminina, ao lado da prática esportiva não competitiva”. A esgrima independente de suas origens como elemento de preparação militar, configurou-se no decorrer das décadas como um exemplo do que Judith Butler chama de *naturalização* dos processos ou construções sociais, sobretudo, na crença de que os papéis de gênero são justificados por diferenças biológicas intransponíveis, e que delimitam normas de inteligibilidade social (BUTLER, 2014).

Nos currículos dos cursos superiores de Educação Física no Brasil não era pertinente à natureza física da mulher a prática de alguns segmentos de artes marciais, especificamente como relatado acima, as mulheres não desenvolviam a prática da esgrima com a espada e com o sabre. Isso particularmente acompanhou também a participação feminina nessa modalidade em Jogos Olímpicos, tanto que se identifica a inserção da prova feminina da esgrima como o sabre no programa oficial dos Jogos Olímpicos somente em 2004, em Atenas.

A *naturalização* dos processos sociais acompanhou em diferentes momentos a participação social da mulher. Ainda no Esporte, especificamente na realização dos Jogos Olímpicos de 1928, observou-se a primeira possibilidade de mulheres participarem do atletismo, modalidade clássica do evento que então havia sido repudiada em sua versão feminina pelo Barão de Coubertin. Em um artigo publicado em 1958 na *Revista da*

*Escola de Educação Physica do Exército*<sup>10</sup>, sob o título *As mulheres são diferentes*, há uma discussão acerca de os caracteres fisiológicos que diferenciam o gênero feminino e o masculino. Os médicos como protagonistas dos pontos levantados à reflexão acreditavam que as diferenças dos recordes olímpicos deveriam ser consideradas a *coisa mais natural do mundo*, havendo explicações científicas plausíveis para seus argumentos. Contudo, o mesmo artigo finaliza por um enigma que já na década de 1950 intrigava os vários grupos científicos envolvidos nas competições esportivas, como a própria sociedade de maneira geral:

Os recordes femininos tornam-se ainda mais enigmáticos, pois aproximam-se mais dos recordes masculinos do que as investigações científicas permitiriam esperar. A solução do enigma está possivelmente na circunstância de, no desporto como na vida, as mulheres se excederem a si próprias (HARBURG, 1958, sp).

Sherry Ortner (1972), apesar de trazer uma leitura sobre as questões de gênero afastada da atualidade já por algumas décadas, o seu texto *Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura?*, foi balizador a supostas justificativas da concepção de inferioridade expedida às mulheres. Ao passo de remeter diretamente a *mulher ao mundo natural*, e os *homens ao âmbito social*, formam-se parâmetros de hegemonia ao pensamento falocêntrico, pois a cultura transcenderia as condições naturais para transformá-las para seus propósitos: “Em outras palavras, o corpo feminino parece condená-la a mera reprodução de vida: o homem, em contraste, não tendo funções naturais de criação de (ou tem a oportunidade de) basear sua criatividade externamente ‘artificialmente’ por meios de símbolos e tecnologia [...]” (ORTNER, 1972, p. 104).

A relação da *mulher ao mundo natural* seria explicada pela chamada *natureza da mulher* que era vista como consequência direta de sua estrutura fisiológica reprodutiva, arcabouço que prioritariamente canalizaria suas energias para a preparação da gravidez e amamentação, e restringira suas possibilidades de dispor de energias para o desenvolvimento de outras qualidades, dentre elas as habilidades para o campo dos negócios, das atividades da esfera pública.

### **“Se você deixar as meninas entrarem no campo de futebol de calção, ele te mata!” Feminização do magistério e históricos campos de atuação**

Em São Paulo no ano de 1932, com tiragem semestral aparece a revista *Educação Física*, sob a direção dos Srs. Paulo Lotufo e Oswaldo M. Rezende. Dentre as publicações encontradas nesse periódico<sup>11</sup> identifica-se a

<sup>10</sup> Essa revista foi lançada em 1932, sendo produzida pelo *Centro Militar de Educação Física* que em 1933 tornou-se a *Escola de Educação Física do Exército* localizada na Fortaleza de São João no Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> A tiragem dessa revista desde a sua origem é mensal, tendo sido as seguintes publicações analisadas: 1932 (n.1, n.2 e n.3); 1933 (do n.4 ao n.13); 1934 (do n.14 ao n. 18); 1935 (do n.19 ao n. 29); 1936 (do n.30 ao n. 33); 1937 (do n.34 ao n.37); 1938 (n.38, n.39, n.40, n.42, n.43, n.44); 1939 (n.45, n.46, e n.47); 1941 (do n.48 ao n.50); 1942 (do n.51 ao n.55) (MARINHO, 1943, p. 255).

formação de campos de atuação *generificados* para os profissionais de Educação Física que quisessem publicar algum texto. As *mulheres* publicavam sobre dança, ginástica rítmica e ensino primário. Por outro lado, os *homens* publicavam sobre a prática de lutas e modalidades esportivas. Portanto, existia uma definição entre o que deveria ser de interesse e formação da mulher, e o que deveria compor o universo de conhecimento masculino.

Da mesma forma, também foi perceptível uma supremacia numérica dos homens em relação às mulheres em termos de publicações, tanto que em alguns exemplares dos periódicos citados acima havia unidades somente com publicações de autores homens. Associado a isso foi notória, na análise dos periódicos, a maior diversidade de possibilidades de publicação, ou mesmo, atuação acadêmico-científica geral para homens. Eles abordavam em seus textos, a prática docente em diferentes níveis de ensino, do ensino primário ao ensino universitário, assim como tratavam das particularidades de treinamento às diferentes modalidades esportivas, enquanto as profissionais, principalmente as brasileiras, tinham uma formação limitada ao ensino primário supondo-se que somente elas seriam propensas a cuidar, e também escreverem sobre o contexto de crianças nos primeiros anos escolares.

Eles discutiam o treinamento de modalidades esportivas em caráter masculino, ou mesmo, feminino, as professoras cuidavam da prática feminina da ginástica e da dança exclusivamente e muitas delas não conheciam as técnicas de uma modalidade mesmo quando essa fosse também desenvolvida com alunas. O conhecimento complementar voltado às professoras vinha primordialmente de palestras estrangeiras realizadas na antiga *Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo* (APEF<sup>12</sup>): “[...] todos os professores eram sócios da Associação, talvez por serem em um número muito pequeno. Porque existia naquela época só a nossa escola e uma em São Carlos<sup>13</sup>, então o número era muito pequeno de pessoas, então tudo o que faziam, tudo que existia, todos participavam [...]” (Ida Zabeu, 2007<sup>14</sup>).

A depoente complementa ressaltando que a APEF era como um centro de encontro e divulgação entre os professores de Educação Física acerca de novos cursos, intercâmbios internacionais, assim, a associação fazia a complementação e atualização na formação do professorado, pois na associação eram realizados vários cursos de formação conexos: “[...] a associação era ótima [...] ela fazia reuniões, fazia palestra, convidava gente de fora, vinha gente da Argentina, vinha da Europa [...]”. A APEF foi identificada na memória das depoentes como um espaço de *formação*

<sup>12</sup> As APEF, já na época de formação e inserção laboral das entrevistadas, eram entidades associativas de caráter estadual e municipal que tinham o objetivo de organizar ações de natureza política, técnica e social no âmbito da Educação Física e do Esporte. A APEF pioneira foi a de São Paulo -SP, fundada em 1935, e em seguida, já na década de 1940, surgiram a do Rio Grande do Sul, em 1945, e a do Rio de Janeiro, fundada em março de 1946 (SARTORI, 2006).

<sup>13</sup> Em 1950 foi criada a *Escola de Educação Física de São Carlos*, tendo sido a terceira instituição a ser criada para o ensino superior de Educação Física, depois da *Escola Superior de Educação Física* (São Paulo, 1934) e da *Escola Nacional de Educação Física e Desportos* (Rio de Janeiro, 1939). (DAIUTO, 1994).

<sup>14</sup> Ida ZABEU, *Ida Zabeu* (Depoimento - aluna da ESEP na década de 1950). Entrevista realizada em 2007.

*feminina* na área, mesmo que sob o gerenciamento masculino como reporta-se a imagem abaixo, professoras em curso e o professor à esquerda:

**Ilustração 03** - II Curso de aperfeiçoamento da APEF (SANTOS, 1952).



FONTE: Acervo pessoal de Ida Zabeu.

Loyde Del Nero, aluna da ESEP em 1944, recorda que a APEF trazia inovações, e que muitas delas, ela aplicou no seu trabalho como professora de Educação Física. “[...] É ensinavam muita coisa para a gente, muita coisa. Veio um professor uma vez, não sei de onde, dar ginástica com corda, nós não conhecíamos, ele deu aula, deu uma demonstração... logo eu fiz uma demonstração com cordas [...]”.

**Ilustração 04** - Ginástica com cordas (IBIRAPUERA, 1961).



FONTE: Acervo Pessoal de Loyde Del Nero.

Alguns homens também seguiam a carreira de professores, no entanto, de classes do chamado ensino secundário de então ou no ensino

universitário. Para as mulheres, as normalistas, era estipulado o trabalho junto ao ensino primário, ou seja, a lida com crianças de idades menores. Assim, por mais que homens também se formassem como professores de Educação Física nas décadas citadas, o ensino primário era um campo de atuação profissional inequívoco às mulheres. Não havia uma lei oficial que regulamentasse essa adequação do ensino primário às mulheres, mas isso era aceito como algo *natural* na sociedade através da mentalidade sexista nas profissões.

Um exemplo dessa diferenciação histórica aparece em um texto do Prof. Idílio Alcântara Abade, sob o título *A Escola Superior de Educação Física de São Paulo e sua Escola de Aplicação ao Livre* de 1941. O texto remete-se à criação da *Escola de Aplicação ao Ar Livre* junto a ESEP no Parque da Avenida Água Branca. Essa Escola de Aplicação ao Ar Livre fora construída com o intuito de que os/as professores/as em Educação Física pela ESEP tivessem durante o curso uma experiência prática de sua atuação docente junto a crianças das classes pré-primária e primária (até seis anos de idade). Em vários momentos o autor destaca a importância de uma instituição como essa para a benéfica formação aos *alunos* ou *estudantes* da *Escola Superior de Educação Física*, todavia essa referência genérica (sem especificar o gênero dos estudantes) é destruída quando o autor inicia uma descrição prática do que ocorria na escola de aplicação: “Na classe pré-primária [...] a função da *professora* será apenas a de orientar e estimular o comportamento das crianças [...] o plano de ação da professora tomará uma forma toda ocasional [...]” [grifo meu] (ABADE, 1941, sp).

A Educação Física no ensino primário foi identificada como o meio de inserção laboral de todas as entrevistadas, o que reforça a perspectiva de campos de trabalho *generificados* na época. “Não, tinha alguma coisa, porque tinha [...] homens também, não professores direto, mas para dar, por exemplo, alemão, alguma música, alguma coisa assim fora [...] tinham professores, mas a professora da classe era mulher. Não tinha homem [...]” (Loyde Del Nero, 2007). A formação e atuação no ensino primário eram campos definidos ao universo feminino. A construção do campo de trabalho caracterizado pelos polos entre o feminino e o masculino tem sido abordado em várias pesquisas como, por exemplo, trabalhos de Lais Abramo (2004); Cristina Bruschini (2007), Bila Sorj (2004), dentre outras produções dessas e de outros(as) profissionais, ratificando a infrarrepresentação das mulheres em postos decisórios de poder, mesmo na carreira docente (SOUSA, 1996).

A situação diferencial de homens e mulheres no campo de trabalho é explicada por essa construção de papéis de gênero que historicamente delimitou à mulher as responsabilidades e cuidado do lar – o espaço privado; e ao homem o provimento financeiro da família. Não somente em relação a essas determinações, a sociedade não considerou e não considera até hoje as *profissões* relacionadas ao *cuidar de* como merecedoras de valorização pertinente ao campo de trabalho convencional. Assim, a dona de casa que cuida dos afazeres domésticos, que cuida do idoso, das crianças, da pessoa enferma, não faria parte do campo de trabalho, assim como, esse foi definido no decorrer dos tempos (CHIÉS, 2009; 2010). Essa diferenciação de gênero impede que mulheres transitem livremente no campo de trabalho, havendo restrições à expansão feminina na segmentação horizontal (poucas

profissões absorvem as trabalhadoras) e na segmentação vertical (poucas mulheres nos cargos mais altos, mesmo em setores de caracterização profissional feminina como a docência) (YANNOULAS, 2013).

A docência ensino primário foi a inserção profissional para a depoente Loyde. O primeiro emprego surgiu no segundo ano de graduação, com o “[...] lecionar no ensino primário de uma pequena escola do interior de São Paulo, em Sorocaba [...]”. Então, em 1945, Loyde inseriu-se no mercado trabalho da área de Educação Física. “[...] Era uma escolinha pequena era só primário, eu dava aula para as crianças depois no Ginásio do Estado é o que a gente queria, mas há muitos anos que não abria concurso, isso foi em 45 e só em 49 [...] é que abriu concurso” (Loyde Del Nero, 2007).

Pelo fato desse emprego ser fora da cidade da capital, Loyde enfrentou algumas dificuldades. Os seus pais, à primeira vista, não permitiam que ela saísse de casa para morar próximo ao trabalho, assim, nos quinze dias que ela substituiu a professora que estava de licença, ela fez viagens de São Paulo a Sorocaba. Ainda lembra que seu pai não a deixava viajar no domingo, então ela viajava na segunda-feira para o interior, trabalhava de terça a sábado. No sábado depois do trabalho voltava para São Paulo.

Em 1946, ainda em Sorocaba (região interiorana de São Paulo) surge a oportunidade de trabalhar em uma escola profissional para meninas. Agora algo definitivo motivou-a a encontrar um lugar para morar na região: “[...] fui morar em pensão, minha irmã morava lá, mas logo depois ela mudou para cá, então meu cunhado procurou uma pensão, uma casa boa, de família, era de uma senhora que já tinha mulheres, só tinha professoras, alunas que moravam na casa dela [...]” (Loyde Del Nero, 2007).

Loyde salienta em sua narrativa, o nervoso ao ser entrevistada pelo diretor dessa escola profissional. O diretor tinha fama de ser muito enérgico e relembra o fato desse tê-la avisado que não poderia ministrar aula de calção, apesar do fato de que as aulas de Educação Física serem desenvolvidas no que a depoente definiu como porão, longe dos olhares dos demais alunos. Aulas de costura eram muito comuns em escolas profissionais ou chamadas técnicas na época como formação fundamental às mulheres. No caso, nessa escola profissional também havia aulas para meninos, o que gerou a preocupação do diretor para que as aulas das meninas fossem bem afastadas dos olhares dos outros alunos, dos meninos.

Depois de alguns anos, Loyde consegue através de concurso público uma vaga de professora efetiva em uma escola em Caçapava (região interiorana de São Paulo). De todo o percurso de sua carreira um dos momentos que é sublinhado pela depoente como marcante foram as ameaças que passou enquanto trabalhava nessa escola do diretor enérgico: “[...] Eu quis fazer uma demonstração no campo de futebol, no campo de futebol grande, especial, maior. Então preparei uma demonstração [...] O diretor me chamou e falou assim: olha, eu recebi aqui um aviso que se você deixar as meninas entrarem no campo de futebol de calção, ele te mata” (Loyde Del Nero, 2007). O diretor lhe perguntou: “[...] Sim, você desiste? Eu disse não desisto e vou ficar bem na frente [...]”. Loyde não desistiu do intuito de fazer a demonstração e recorda essa situação com uma fotografia da época:

**Ilustração 05** - Demonstração na *Escola Normal de Caçapava*.  
(Loyde à frente da imagem, canto esquerdo abaixo)



FONTE: Acervo Pessoal de Loyde Del Nero Daiuto.

A coeducação também desempenhou um papel na feminização<sup>15</sup> da instrução primária no Brasil, pois a regência das aulas mistas deveria ser confiada às mulheres, e não somente nas escolas para meninas (HAHNER, 2011). A depoente Ida Zabeu narra as incursões de seu primeiro emprego, especificamente em 1952, logo após o término de seu curso superior. Essa inserção profissional foi realizada em uma escola de freiras, lembra-se que era um externato e uma das características marcantes era o uniforme das alunas, uma blusa com o emblema da escola e uma saia calça que chegava abaixo do joelho. O aspecto que lhe chocou em sua inserção profissional foi a necessidade ou mesmo imposição a determinadas regras em torno do pudor ao corpo da mulher, tanto que se recorda das instruções de uma das irmãs de caridade da instituição lhe passando o que era ou não permitido em uma aula de Educação Física para as meninas: “[...] chegou uma irmã de caridade e falou assim: - Dona Ida, eu vou pedir uma coisa para a sra., não dê nem um exercício com afastamento de pernas muito grande [...]” (Ida Zabeu, 2007).

Na história da Educação Física, as teorias desenvolvidas sobre a *educação do corpo* por diferentes autores, dentre eles o presente texto destaca as obras de Carmen Lucia Soares (2011), tem correlacionado o potencial do sexismo através da regulamentação de gestos, práticas e roupas próprias aos homens e às mulheres, portanto, todos esses âmbitos são marcadores sociais e sexuais. A educação do corpo define por intermédio, por exemplo, das roupas, das maneiras de esconder ou exibir o corpo do

<sup>15</sup> Segundo Yannoulas (2011), o termo *feminização* refere-se ao termo com base qualitativa para compreender e explicar os processos, enquanto a *feminilização* traz uma perspectiva quantitativa que descreve e mensura o fenômeno.

olhar do outro, etc., uma condição social e tempo que são demarcadores de relações diferenciadas com o mundo cotidiano.

Ida recorda-se que em seu segundo emprego, agora em uma escola chamada por ela como mista, na região de São Caetano do Sul (São Paulo), havia diferentes cursos: o normal, o científico, o ginásio e o clássico. Ela especificamente ministrava aulas de Educação Física para o ginásio e para o normal. Havia rapazes, muitas vezes, mais velhos do que Ida em seu segundo emprego. Lembra-se que nesse primeiro emprego ela tinha aproximadamente 21 anos de idade. A proximidade etária entre os alunos e a professora Ida, assim como o fato de ser mulher foram relatados como aspectos que trouxeram problemas de convívio. Esses alunos assobiavam para ela enquanto espiavam as suas aulas. Em uma dessas situações o diretor da escola ofereceu o seu auxílio para conversar com os meninos e tentar discipliná-los em relação a essas atitudes.

De maneira geral ao conteúdo que foi exposto nas narrativas das entrevistadas, a estrutura das relações entre os gêneros é compreendida pelas depoentes como posta, sem possibilidades de mudança. Não existia ou não foi demonstrada uma visão ou tensão frente a essas determinações, assim os conflitos enfrentados por essas professoras ou as situações gerais que envolvem a discriminação sexual contra as mulheres adquiriram uma tonalidade de falta de adequação da mulher às ditas *regras do jogo*.

A autoridade e respeito alcançados em diferentes situações são expressos mais como uma adequação a sua identidade profissional, ou seja, no espaço de trabalho, como *professora*, tanto que a depoente Ida Zabeu (2007) destaca em relação ao contexto da escola (assobios dos rapazes) anteriormente delineado: “[...] eu acho que vocês têm todo o direito, porque eu tenho a idade de vocês, eu sou mulher, vocês são homens, eu acho que vocês têm todo o direito de fazer isso comigo, mas vamos combinar uma coisa, a partir de hoje isso só pode ser feito do portão da escola para fora [...]”. Essa postura não chega à noção de que independente de professora ou não, lhe cabia o direito de se incomodar perante os assobios de alguns alunos, e que também eles não tinham o direito, sendo homens ou não, de incomodá-la, contudo a entrevistada não realiza essa reflexão crítica, não houve essa transposição na compreensão da entrevistada.

Na narrativa de Ida Zabeu esse contexto aparece como motivo de conflitos, principalmente pelo princípio de carreira e necessidade de afirmação em uma postura respeitosa enquanto professora:

“[...] meu Deus, o que eu vou fazer? O diretor viu, professor Vicente, ele era uma pessoa ótima [...] ele falou: - Dona Ida, eu estou percebendo que os rapazes estão perturbando a aula da Sra. Mas porque tinham alunos mais velhos que eu. Eu era mocinha de tudo [...] então tinham alunos do colegial, do científico, mais velhos que eu. Mas Dona Ida, a Sra. Pode ficar tranquila que eu vou conversar com eles. E eu lembro que foi assim a minha primeira atitude firme - eu falei: - mas professor Vicente quem vai resolver isso com eles sou eu, porque senão eu nunca vou ser autoridade aqui dentro. - Ai eu chamei os rapazes um dia que eles estavam assim muito ouriçados, eu chamei, disse: - Olha está acontecendo isso, isso e isso. Eu acho que vocês não estão tendo o comportamento certo dentro de uma escola [...] então nós vamos combinar uma coisa, eu

acho que vocês têm todo o direito, porque eu tenho a idade de vocês, eu sou mulher, vocês são homens, eu acho que vocês têm todo o direito de fazer isso comigo, mas vamos combinar uma coisa, a partir de hoje isso só pode ser feito do portão da escola para fora [...]” (Ida Zabeu, 2007).

As relações familiares, em diferentes momentos, foram indicadas pelas depoentes como um critério direcional para as suas trajetórias profissionais. O mecanismo ou referência que a professora entrevistada Andreлина Righini<sup>16</sup> se utilizou para estimular as suas lembranças nessa parte da narrativa foi justamente o *casamento*, destarte, pode-se inferir como a sobreposição de papéis sociais, no caso passando a assumir o papel de esposa, foi um fator primordial em sua história de vida interligada a sua história profissional.

A depoente também teve a sua história profissional demarcada pelo magistério. Um dos primeiros colégios que lecionou era em Itapira, interior de São Paulo. Lembra que trabalhava das sete da manhã às sete da noite em um campo de futebol sob um sol forte e com a poeira da terra, tanto que ela e as alunas ficavam sujas ao final da aula, mas isso nunca a desmotivou: “[...] por isso eu acho que quando a gente cumpre a obrigação da gente. Quando a gente faz as coisas, porque tudo na vida para ter valor precisa ser feito com prazer. Tudo! E com qualquer que seja a profissão, em todo lugar [...] se não houver prazer, você não colhe nada, absolutamente nada [...]”.

De certa forma, a transição de mulher solteira para casada foi sublinhada pela depoente como um momento marcante até mesmo no contexto de trabalho: “[...] me casei em junho, então, daí para frente eu tinha marido, então o que ele fez. Eu dava aula das sete da manhã às sete da noite dois dias seguidos. Eu dava todas as minhas aulas em dois dias... *ele permitiu isso*. Agradeço a ele até hoje [...]” [grifo meu] (RIGHINI, 2009). Em outro colégio que lecionou em São Paulo, caracterizou-o como uma instituição de filosofia religiosa. Nesse colégio a narrativa da entrevistada demonstrou algumas características da educação feminina retrograda, antiga e que perduram ainda com diferentes graduações:

“[...] eu dava aula aqui e as freiras, elas faziam ginástica de saia, um dia eu pedi para a freira: ‘eu acho que tá errado! Usar calção não é vergonha, a senhora quer ver?: ‘Não porque tem que ser de saia’ [...] Pedi para a molecada deitar e levantar as duas pernas obliquamente. Chamei a diretora, ela viu a calcinha de todo mundo. Ela ficou louca! Eu falei: ‘Uai, tô dando aula de ginástica, tô usando as pernas, eu não posso só abrir e fechar as pernas no chão, eu tenho que movimentar o joelho, o pé, eu tô dando aula de ginástica. Eu estou chamando a senhora para ver que a senhora está errada’. Ai ela permitiu o calção [...]” (Andreлина Righini, 2009).

A *feminilização* e *feminização* do magistério, independentes de localizadas em um campo de estudo ou outro, têm sido resultantes da dicotomia público e privado coincidindo com a dualidade homem enquanto

<sup>16</sup> Andreлина RIGHINI. **Andreлина Righini** (Depoimento - aluna da ESEP na década de 1940), 2007. Esse depoimento é parte dos dados coletados na pesquisa de campo (entrevistas e pesquisa documental) do presente estudo.

agente e fruto da sociedade e a mulher como parte da natureza. Na discussão acerca da inserção no campo profissional também foi identificado um fator que pode ser considerado como a vigência dos pólos de poder ao patriarcado: pai e marido, diferentes instâncias na vida de uma mulher nas quais são encontradas mulheres subordinadas a um homem. Primeiramente, algumas entrevistadas demonstraram problemas em sair de casa, o que no caso de empregos conseguidos em outra cidade, por exemplo, tornava-se muito complicado ou mesmo inviável, conforme o exemplo narrado pela depoente Loyde Del Nero, ao mostrar que seu pai não a deixava viajar no domingo para a cidade que tinha o seu emprego.

Um caso que também demonstra o patriarcado na história profissional das entrevistadas é a necessidade de mudança de uma cidade para outra, nessas situações a mulher, vias de regra, é aquela que abandona o emprego ou pede afastamento para acompanhar o marido em seu novo trabalho: “[...] nessa época eu me transferi para a Delegacia de Ensino de Santos porque meu marido era comissionado lá [...] moramos lá um ano e meio e nessa época eu não trabalhei com Educação Física [...] um ano e meio, dois anos, minto. Um pouco mais, porque voltei grávida, tive nenê, uns dois anos mais ou menos, dois anos e pouco [...]” (Ida Zabeu, 2007).

Embora a família não seja vista como uma instituição que interfira diretamente na trajetória de emprego da vida de um homem, a família tem um impacto enorme nos padrões de trajetória de vida de uma mulher (BORN, 2001). Nas trajetórias de vida, homens e mulheres apresentam diferenciações relativas ao trabalho. No caso dos homens, a trajetória de vida em relação ao trabalho é dinamizada por três fases distintas: “pré-emprego”; “emprego” e “pós-emprego”. Como eles são socialmente concebidos ainda como o suporte financeiro familiar, apresentam extensa vida de participação no mercado de trabalho. Esse modelo de vida em três fases foi prematuramente assumido como também apropriado às mulheres, todavia, a primeira fase na trajetória de vida da mulher é a fase do emprego, seguida pela fase familiar sem emprego, e então, uma segunda fase de emprego em alguns casos: “[...] as mulheres trabalham antes do casamento e da maternidade, param de trabalhar para ficar em casa cuidando dos filhos, quando as crianças saem de casa (a fase do ninho vazio) retornariam ao mercado de trabalho” (p.250).

Essa situação diferencial de homens e mulheres na sociedade, e em particular no campo do trabalho parece ser justificada pela ideia de que o trabalho de a mulher é algo *secundário* frente ao trabalho masculino (ABRAMO, 2004). E não somente existem profissões que historicamente foram concebidas como masculinas, mas a própria menção ao trabalho era algo em essência pertencente ao mundo masculino. Portanto, as mulheres tiveram que enfrentar um espaço na sociedade que, à primeira vista, já se concebia como do mundo masculino, e muitas profissões foram relutantes, e algumas são até hoje, à perspectiva de mulheres atuando junto aos homens.

### ***Não frágil, também hábil! O Esporte na vida destas mulheres***

A participação das mulheres na prática esportiva nos anos 1930 e 1940 foi marcada pela eugenização como um processo concebido de

evolução da nação brasileira, para tanto, as mulheres seriam timbradas como *instrumentos* à geração de novas populações, seguindo a proposta de branqueamento, atrelado ao robustecimento do corpo e potencialização da saúde (GOELLNER, 2004). Nessa perspectiva, o Esporte surge como uma nova possibilidade de alcance a essas demandas, após o período de difusão dos métodos ginásticos europeus no Brasil oitocentista. Apesar da projeção das mulheres brasileiras no Esporte na década de 30, isso se expressou nas modalidades que ressaltavam a graça, a elegância e a leveza tida na época como *natural*, no sentido de inerente, aos movimentos femininos: natação, tênis, voleibol, equitação e esgrima, mantendo o estímulo das mulheres às atividades esportivas consideradas mais adequadas à condição feminina.

Maria Lenk é um exemplo do contexto esportivo mencionado e também das vivências das depoentes do estudo. A atleta iniciou a natação feminina competitiva no país ao conquistar o primeiro lugar na prova interestadual entre as nadadoras do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1931, realizada na Enseada de Botafogo, seguido os passos de outras mulheres, que, de forma isolada, já se exibiam na natação nos anos 20, como Violeta Coelho Neto, Anésia Coelho, Alice Possalo e Blanche Pironnet (FARIAS, 2008). Lenk foi aluna da primeira turma da ESEP, formada em 1935.

O Esporte foi citado várias vezes nas entrevistas realizadas com as três professoras de Educação Física, e em todas as ocasiões foi através de suas relações com a prática esportiva que a Educação Física se tornou a opção de carreira escolhida por essas mulheres. Esse foi o exemplo de Loyde Del Nero, nascida em São Paulo em 1926, a sua relação com a Educação Física começou muito antes de sua inserção no curso de ensino superior, pois no *Colégio Mackenzie*, no período de 1937 a 1942 enquanto era aluna do ginásio, chegou a participar da equipe de basquetebol.

Da época da equipe de basquete à ESEP passaram apenas dois anos, mas foram considerados definitivos em sua história, especialmente pelas dificuldades econômicas que, em primeira vista, lhe impediam de cursar o ensino superior. Ainda lembra as palavras do pai logo depois de sua formatura no ginásio: “agora você vai trabalhar!”. Fato que foi marcante, pois a sua família não tinha condições de pagar uma faculdade.

A faculdade foi alcançada no ano de 1944 com o ingresso no curso de professores da *Escola Superior de Educação Física de São Paulo*. Apesar da necessidade econômica de um trabalho, os pais de Loyde apoiaram-na em sua conquista e, na verdade, sem muito conhecimento acerca do curso superior de Educação Física achavam que era algo parecido com que ela já vinha participando no ginásio. “[...] meus pais falavam assim quando vinha o boletim do Mackenzie ele pegava o boletim e lia todas as notas, português tanto, matemática tanto, quando chegava em Educação Física ele falava assim: ‘cabritismo 100’. Então quando eu entrei na escola ele dizia que ia estudar para cabritismo, achava que era fazer estripulias” (Loyde Del Nero, 2007).

No caso da depoente Ida Zabeu (2007), a sua história profissional inicia-se em meio ao desconforto de seu pai em relação a sua vontade em cursar Educação Física: “[...] meu pai não queria que eu fizesse Educação Física [...] porque realmente naquela época a Educação Física não era muito bem vista como uma profissão para mulher [...]”. A referida professora foi

uma atleta atuante em campeonatos durante a graduação, não somente no atletismo, mas também na natação. Em uma das reportagens da época retratando os feitos da entrevistada nos campeonatos há uma com o seguinte título: *Campeãs Universitárias*. Essa fotografia foi publicada junto ao texto abaixo:

Ida Zabeu, da Escola Superior de Educação Física, é uma das “estrelas” de primeira grandeza da aquática e do atletismo universitário bandeirante. A jovem “fiscultora”, tem se destacado nos certames da natação da F. U. P. E., onde laureou-se campeã em várias provas e se revelou também, uma ótima atleta, sagrando-se campeã paulista, integrando-se com êxito a equipe A. A. A. “Educação Física” no revezamento 4x100mts, do 1º. Campeonato Universitário Feminino de Atletismo.

**Ilustração 06** - Ida Zabeu (Jornal *A Noite*, São Paulo, 1951)



FONTE: Acervo Pessoal de Ida Zabeu.

Ida recorda-se que por volta de 1970 entrou como docente, por concurso público, em uma escola estadual em São Bernardo (região urbana de São Paulo). Essa escola foi marcante para Ida pelo tipo de comportamento dos alunos, ela chega a relatar um fato que a deixou com receio na época: “[...] Sai de uma clientela maravilhosa e fui para uma clientela ‘barra pesadíssima’”. Apesar dessas dificuldades enfrentadas, a professora destaca que conseguiu formar uma equipe *maravilhosa* de atletismo: “[...] porque as meninas eram quase todas servidoras braçais, então é um outro tipo de mulher [...] as alunas eram todas filhas de doméstica. Filhas que cuidavam dos irmãos, meninas que lavavam roupas [...] o oposto da outra escola [...]”. Quando indagada pela escolha de trabalhar o atletismo em suas aulas, a narradora expõe alguns pontos para uma discussão acerca de estereótipos envolvidos na identidade de gênero:

Porque é uma coisa que a menina muito delicada dificilmente vai. Ela não vai, a menina delicada não vai. Ela gosta de dança gosta de

ginástica, ela gosta de outra atividade, elas não gostam de se suarem, sabe, imagina pegar um peso sujo um dardo, um salto em extensão que cai na areia. Elas não gostam disso. Elas gostavam de coisas mais delicadas, mais femininas. Embora atletismo também seja, mas naquela época não era. Eu falei: - Eu vou experimentar essas meninas é no atletismo. Lá tinha um centro educacional, em São Bernardo, consegui levá-las para lá, porque aí eu trabalhava em um lugar só. Porque logo que meu marido se removeu, eu pedi exoneração da secretaria de educação, consegui. Então eu levava duas vezes por semana as meninas no Centro Educacional de São Bernardo, que tinha pista. E fiz com que elas tivessem contato com tudo que podia ser feito dentro de uma pista. E elas se destacaram que foi uma coisa. Eu comecei a fazer um trabalho com elas e consegui um trabalho muito bonito. Conseguimos ser campeãs estaduais de São Paulo. Muito bom mesmo, foi uma época muito boa (Ida Zabeu, 2007).

No trecho de sua narrativa, a depoente delimita o comportamento característico do grupo de alunas que trabalhava, com definições *generificadas* e chegando a ser compreendido como uma norma exclusiva de expressão das mulheres em relação à prática de atividades físicas. O trabalho efetivado com as meninas do atletismo levou-as a descobrirem novas possibilidades. Em um campeonato aberto pela empresa *Yakult*, logo na fase inicial de implantação da empresa no Brasil, levou a professora Ida a preparar suas alunas para competirem, em especial uma aluna chamada Roseli para o arremesso de peso. A ganhadora da prova receberia uma viagem para o sul, para a atleta e acompanhante em sete dias em um hotel com tudo pago, isso sensibilizou a professora como contrapartida à situação de dificuldade econômica que enfrentavam essas meninas e, na maioria das vezes, sem estímulos na família.

Ida recorda que na fase inicial de trabalho com as alunas, as mães não queriam que elas participassem das atividades, pois elas precisavam das filhas em casa para cuidarem dos irmãos menores. Com o tempo isso foi mudando, a Roseli ganhou a prova: “[...] não deu outra, ela ganhou, ela ganhou a viagem. Você sabe que eu chorava mais que ela [...]” (Ida Zabeu, 2007).

### **Considerações Finais**

Já na formação acadêmico-profissional das depoentes do estudo foi identificada uma separação de propostas de conformação ao que seria coerente às mulheres e o que seria adequado aos homens, esse âmbito foi ratificado pelo conteúdo das narrativas e pelos documentos analisados, assim pode ser sinalizado como exemplo, a separação de turmas e o fato de que com as mesmas práticas físicas e esportivas, as mulheres não tinham o teor técnico de ataque no aprendizado das lutas que era desenvolvido ao grupo de homens. Todas as depoentes relataram um período de afastamento do trabalho atrelado não somente ao período de licença maternidade, mas por alguns anos após e sob o motivo de acompanhamento do crescimento dos filhos, da mesma forma, também foi relatado afastamento para acompanhar o marido em mudanças de locais de emprego de uma cidade para outra.

Uma das entrevistadas expôs a *benevolência* de seu marido que a permitiu viajar a trabalho, não criando qualquer empecilho pois ela pedia autorização ao esposo para que fosse realizada tal empreitada de estudo. Sem a intenção de imputar um olhar anacrônico à questão levantada, a diferenciação de papéis sociais e familiares a homens e mulheres foi evidenciada no estudo, portanto, por mais que seja feita uma contextualização de época e valores próprios de décadas anteriores, ainda as mesmas prerrogativas são questionadas em textos que tentem identificar a construção social empregada ao gênero na atualidade, como: os papéis na criação dos filhos, na vida doméstica, no provimento financeiro da família, etc., todos esses ainda são fatores impregnados de visão conservadora e normalizadora.

É fundamental aos estudos de gênero que seja formado um corpo de conhecimento através de investigações comparativas às histórias profissionais de mulheres na atualidade, e que essas trajetórias sejam colocadas frente a frente com os percursos realizados por homens na mesma formação e contexto de vida familiar. Esse direcionamento é importante para que se subsidie cada vez mais as condições de compreensão ao sexismo em nossas práticas profissionais, observando como a discriminação de sexo/gênero limita as atuações femininas a contextos de trabalho pré-estabelecidos pela sociedade e a cargos aquém de suas reais competências.

## Referências

ABADE, I. A. A Escola Superior de Educação Física de São Paulo e sua escola de aplicação ao ar livre. *Revista de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro, n.48, 1941.

ABRAMO, L. Inserción laboral de las mujeres em américa latina: una fuerza de trabajo secundaria?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.02, 2004.

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empírico. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n.5, p.240-265, 2001.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.132, p.537-572, 2007.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.42, 2014.

CHIÉS, P. V. *A trajetória profissional de mulheres na Educação Física: estudo psicossocial de gênero, identidade e trabalho em profissões masculinas*. 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CHIÉS, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.18, n.2, pp.507-528, 2010.

CUNHA, M. M. F. *Margarida Maria Ferreira Cunha* (depoimento 2002). Porto Alegre, CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2004.

DAIUTO, M. B. *Sexagésimo aniversário do início das atividades didáticas 1934-1994*. Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, 1994.

DEL NERO, L. *Depoimento - aluna da ESEP na década de 1940*. Entrevista realizada em 2007.

DEVIDE, F. P. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2004.

DEVIDE, F. P. et al. Estudos de gênero na Educação Física brasileira. *Motriz*, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 93-103, jan./mar. 2011.

FARIAS, Cláudia Maria de. Projeção e emancipação das mulheres brasileiras no esporte, 1932-1968. In: XIII Encontro Regional de História Anpuh-Rio - Identidades, 2008, Rio de Janeiro. XIII Encontro Regional de História Anpuh- Rio - Identidades, 2008.

GOELLNER, S. V. A inominável Sandwina e as obreiras da vida: silêncios e incentivos nas obras inaugurais de Fernando de Azevedo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.25, n.2, p71-84, jan 2004.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. *Cadernos de Formação RBCE*, Porto Alegre, p. 71-83, mar. 2010.

GOELLNER, S. V. As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte?: esporte, eugenia e nacionalismo no brasil no início do século XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v.01, N.01, 2008.

HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n.02, 2011.

HARDBURG, E. As mulheres são diferentes. *Revista de Educação Física do Exército*, Rio de Janeiro, n.90, dez. 1958.

KOFES, S. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 19-30, 2005.

MARINHO, I. P. *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MINAYO, M. C. de S. (Orga.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORTNER, S. B. Is female to male as nature is to culture?, *Feminist Studies*, v. 01, n.02, 1972.

*RELAÇÃO NOMINAL DE LICENCIADOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA (1935-1977)*, Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo (em anexo). “Centro de Documentação Histórica da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo”.

PISCITELLI, A. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.01, 1993.

RIGHINI, A. *Depoimento - aluna da ESEP no início da década de 1940*. Entrevista realizada em 2009.

SARTORI, S. Associações de Professores de Educação Física – APEF. In: DACOSTA, LAMARTINE (ORG.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006

SCOTT, J. W. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. (Orgs), *Falas de Gênero*. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.02, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURINI, G.; RECAMÁN, M., OLIVEIRA, S. de. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SORJ, B. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais?. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da. (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOUSA, E. S. de. Professoras, de um lado! Professores, do outro! É possível mudar o rumo dessa história, In: FERREIA NETO, A. (Org.). *Pesquisa histórica na educação física brasileira*. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1996.

SOUSA, E. S. de; ALTMANN, H.; Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar, *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XIX, nº 48, 1999.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.03, 1994.

TOURTIER-BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas, In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. Cap. 19, p. 233-245.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, S. C. (Orga.) *Trabalhadoras - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013, pp.31-66.

\_\_\_\_\_. (Orga.). *Trabalhadoras - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

ZABEU, I. *Depoimento - aluna da ESEP na década de 1950*. Entrevista realizada em 2007.

Recebido em 23 de novembro de 2018

Aprovado em 11 de abril de 2019